

Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893)

Irma Rizzini*
Alessandra Frota M. de Schueler**

Resumo: No artigo, investigamos as possibilidades, as tensões e os limites dos processos de escolarização de jovens e adultos, trabalhadores e pobres, na cidade do Rio de Janeiro, particularmente no caso do curso noturno oferecido pela Escola de São Sebastião. Criada em 1872, a escola estava localizada em área central, freguesia de Santana, um dos locais com o maior quantitativo de moradias de populares. Por meio da análise serial do livro de matrículas da escola e também dos jornais de grande circulação, é possível perceber que o curso noturno recebeu importante contingente de alunos desde os com 10 anos de idade até jovens trabalhadores dedicados a ofícios e ocupações diversas. Tais alunos recorreram às aulas noturnas para se instruir nas primeiras letras.

Palavras-Chave: curso noturno, escola municipal, história da educação, Rio de Janeiro

* Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; professora da Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ; participa do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDS/UFRJ). E-mail: irma.rizzini@gmail.com

** Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense; professora da Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF; participa do grupo de pesquisa História Social da Educação (UFF). E-mail: alefrotaschueler@gmail.com

Labor and urban schooling: nightly course for adults and young workers at the Municipal School of São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893)

Irma Rizzini
Alessandra Frota M. de Schueler

Abstract: In this study we investigate the possibilities, tensions and limitations of the schooling process of young and adults, workers and poor people, in the city of Rio de Janeiro, considering, particularly, the case of the nightly course offered by the School of São Sebastião. Created in 1872, the school was located in the parish of Santana, central area, one of the sites with the higher number of popular housing. Through serial analysis of the book of school enrollment, for the period of 1884 to 1893, and also in the major circulation newspapers, it is possible to see that the nightly course received important contingent of students, from the age of 10, young workers devoted to various crafts and occupations, who resorted to night classes to instruct themselves in the first letters.

Keywords: nightly course, public school, history of education, Rio de Janeiro

Trabajo y educación urbana: clases nocturnas para adultos y jóvenes trabajadores en la Escuela Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893)

Irma Rizzini
Alessandra Frota M. de Schueler

Resumen: En el artículo se investigan las posibilidades, las tensiones y los límites de los procesos de escolarización de jóvenes, adultos, trabajadores y pobres, en la ciudad de Rio de Janeiro, teniendo en cuenta el caso del curso nocturno de la Escuela de São Sebastião. Fundada en 1872, la escuela se encontraba ubicada en el área central, *freguesia de Santana*, uno de los lugares con la mayor cantidad de viviendas populares. A través del análisis seriado del libro de matrículas escolares, y también de los principales periódicos, se puede ver que el curso nocturno recibió contingente significativo de estudiantes a partir de los 10 años de edad, jóvenes trabajadores dedicados a diversos oficios y ocupaciones, quienes recurrieron a clases nocturnas para instruirse en las primeras letras.

Palabras Clave: curso nocturno, escuela pública, historia de la educación, Rio de Janeiro

Escola e trabalho, eis tudo!

[...] escola para todos, para o filho do negro, para o próprio negro adulto, eis tudo! Emancipar e instruir são duas operações intimamente ligadas (Bastos, 1870).

Desde os anos de 1860, não somente Rio de Janeiro, mas em várias províncias do Império, escritores, advogados, médicos, professores, literatos e políticos discutiam no parlamento, na imprensa, nas obras literárias, nas conferências públicas, nas sociedades e associações, a necessidade de criar escolas primárias e educar as crianças e jovens das classes populares e trabalhadores (Peres, 2002a). Na Corte, em 1868, por exemplo, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional abriu um curso noturno para o ensino das primeiras letras (Guimarães, 2002). Em 1854, o Regulamento de Instrução Primária e Secundária da Corte já previa o estabelecimento de cursos livres e aulas noturnas, cuja competência deveria ser compartilhada pelos poderes públicos e pela sociedade. Em 1872, a chamada Reforma João Alfredo instituiu os cursos noturnos nas escolas públicas primárias regulares e, em 1878, a Reforma de Leôncio de Carvalho deixou claro que as aulas eram destinadas aos jovens e adultos, inclusive os libertos (Schueler, 2002; Costa, 2012).

Nos anos de 1870 e 1880, proliferaram as iniciativas de abertura de cursos noturnos por sociedades e associações, bem como por professores públicos e particulares. Um dos exemplos é o da Sociedade Propagadora da Instrução das Classes Operárias da Lagoa, a qual investiu no curso noturno no Colégio São Clemente (1872), em Botafogo. Já a escola de São Sebastião surgiu dos esforços conjuntos da Câmara Municipal e da Associação Protetora da Infância Desvalida¹. Na iniciativa particular e no âmbito do

¹ Protegida pela Princesa Isabel e pelo Conde D'Eu, a Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida teve seus Estatutos aprovados pelo governo imperial em 03 de janeiro de 1872. De acordo com os Estatutos, poderia receber um número ilimitado de sócios, sem condição de idade, sexo, nacionalidade ou religião. A admissão dos sócios, no entanto, era marcada pelo oferecimento de uma joia, além da contribuição de seis mil réis anuais. A finalidade da Associação era garantir a presença das crianças desvalidas e pobres nas escolas criadas pela Câmara Municipal. Para isso, distribuía

Estado, os ideais que informavam a elite política e cultural estavam profundamente marcados pela busca da civilização e do progresso. Suas bases eram as políticas, as práticas educativas e os modelos pedagógicos que circulavam nos países então considerados avançados, principalmente os da Europa e os Estados Unidos da América (Martinez, 1997).

A criação dos cursos noturnos, por iniciativa particular ou pública, teve consequências na vida na cidade e nas relações entre o poder público e a população. Os cursos provocariam uma circulação de rapazes e homens pelas ruas da cidade no período da noite, o que causou preocupação entre os nacionais que se inscreveram no curso noturno do Colégio São Clemente e naquele que seria criado em seguida, na estrada do jardim, próximo ao Largo da Conceição. Ambos foram criados por iniciativa particular, mas o primeiro teve também apoio público. Em decorrência da circulação, legitimada pelo acesso à instrução em contraposição à vadiagem, o delegado da instrução da freguesia da Lagoa representou junto ao inspetor geral da instrução o pedido de proteção dos nacionais contra a prática de recrutamento forçado.

Conta, já na sua instalação, com lisonjeira frequência por nacionais e portugueses, alguns nacionais porém, desejosos de se apresentarem ao ensino, pedem proteção para que não sejam capturados para o recrutamento no trajecto para a frequência do curso. Realmente, se alguma providencia não for dada por V. Excia em sentido de garantir-lhes o livre trajecto, o beneficio dos cursos nocturnos ficará circunscrito aos estrangeiros [...]

Esta, ou melhor providência que a V.Excia ocorra, é indispensável para não afugentar da frequência dos cursos os nossos patrícios, e terá a vantagem de os estimular a buscarem as fontes de ensino, à receberem

livros, calçados e vestuário, além de participar da construção e da manutenção de prédios escolares. Relacionando a condição de pobreza à perpetuação da ignorância, os associados da municipalidade, acreditavam que ‘assistir’ e ‘proteger’ a infância pobre seriam ações fundamentais para o alcance de um objetivo comum ao governo imperial e às autoridades locais: desenvolver a instrução popular (Martinez, 1997).

para conseguinte a instrução, a qual por ser – irá pouco a pouco arrancando-os á vadiação e aos vícios (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro [AGCRJ], 1872-1909).

A repressão da polícia punha em risco o acesso aos cursos, com suas ações de recolhimento de garotos e homens, visando arrancá-los da vadiação e dos vícios. O delegado se ofereceu para dar ‘visto’ aos atestados dos alunos, como uma forma de garantir que eles tivessem instrução, considerada uma melhor medida para afastá-los dos perigos das ruas:

Neste artigo, a proposta é inserir a escola e o processo de escolarização na dimensão da cidade, entendida como um espaço social e histórico e analisar a ocupação dos espaços pelas escolas e das escolas pelos sujeitos: meninos, meninas, homens e mulheres se transformam em alunos, professores e professoras. Crianças, jovens e adultos se dirigiam aos amplos espaços do distrito de Santana, não mais para os festejos do Divino², mas para adentrar as salas de aula das escolas públicas e dos colégios particulares da região. Trabalhadores que labutavam de dia ocupavam a escola à noite. No processo histórico, a cidade se constitui enquanto espaço social saturado pela vida cotidiana, abarcando a experiência humana em sua multiplicidade – trabalho, lazer e vida privada (Carlos, 2007).

Ao projetar medidas e apresentar soluções para os problemas da Capital, os poderes públicos estavam olhando para a realidade à sua volta: a de uma cidade cujo crescimento demográfico era assustador e que experimentou, nas décadas finais do século (entre 1872 e 1900), o aumento vertiginoso da população. O Censo de 1872 revelou que a população da cidade do Rio de Janeiro quase duplicou, chegando a 274.972 habitantes, em razão do aumento das migrações internas e estrangeiras (Brasil, 1874). Deste total, havia 48.939 escravos, dos quais a maioria era composta por negros livres e libertos. As áreas centrais da cidade se caracterizavam pela alta densidade demográfica, sendo locais de residência, trabalho e lazer

² Em 1888, por ocasião das comemorações pela abolição da escravidão, ocorreu a última festa do Império do Divino Espírito Santo no Campo de Santana. A respeito dos usos oficiais e populares da área, ver Abreu (1994) e Guimarães (2011).

de uma população eminentemente trabalhadora e negra (Chalhoub, 1996).

A despeito das imprecisões dos dados recolhidos, a iniciativa de arrolar a população do Império revelou um novo leque de preocupações em relação aos seus habitantes. Era necessário não apenas conhecer, mas também classificar e identificar as ‘classes de indivíduos’, livres e escravos. Para isso, novos itens foram acrescentados ao censo, tais como: a cor, a profissão, a idade e o grau de instrução. O objetivo do governo de quantificar a população, com a inclusão dos cativos e com base em critérios como faixa etária e inserção no trabalho, relacionava-se claramente às discussões sobre a emancipação, insufladas pelo projeto de libertação do ventre, em pauta desde meados de 1860. Os quesitos novos apontavam para os principais problemas enfrentados pelos dirigentes imperiais na década de 1870: mão-de-obra e reordenação do trabalho, educação da infância e das ‘classes pobres’ da cidade. Novos valores, como a disseminação da instrução, a educação escolar e a preparação de jovens e adultos para o trabalho, estavam presentes no ideário dos responsáveis pelo governo da população. Findo o período do Império, a população da cidade praticamente dobrou em relação ao Censo de 1872. De acordo com o Censo de 1890, habitavam a cidade 522.651 pessoas (293.657 homens e 228.894 mulheres), crescimento atribuído à imigração, especialmente a portuguesa (Recenseamento do Rio de Janeiro, 1907). Com o aumento da população masculina em busca de trabalho, as disputas se acirravam (Chalhoub, 2001). O acesso à instrução elementar e profissional por meio do curso noturno possivelmente foi almejado por operários e trabalhadores dedicados aos mais diversos ofícios, conforme se pode constatar no livro de matrículas da Escola de São Sebastião. A iniciativa mobilizou outros setores da sociedade, como as associações de trabalhadores, abolicionistas, irmandades e sociedades filantrópicas. Tratamos na seção a seguir da criação da Escola Municipal de São Sebastião, de forma articulada ao contexto sócio-político da freguesia de Santana no período.

A Escola Municipal na freguesia de Santana

Era o dia 07 de Setembro de 1870. Na freguesia de Santana lançava-se a pedra fundamental do edifício da Escola de São Sebastião, construído pela Ilustríssima Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, por meio da Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida e a subvenção do então Ministro do Império, Paulino José Soares de Souza. A ocasião foi marcada pela presença solene de D. Pedro II, acompanhado de autoridades importantes como o Ministro do Império, o Governador do Bispado, Monsenhor Félix Maria Albuquerque, o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Antonio Ferreira Vianna, além do engenheiro responsável pela obra, o Dr. José Antonio da Fonseca Lessa. Vereadores e ‘demais pessoas de distinção’ compareceram à solenidade.³

A iniciativa da construção de prédios apropriados às escolas primárias da Corte é atribuída ao Imperador. Com a vitória da Guerra contra o Paraguai, cidadãos brasileiros teriam intencionado abrir uma subscrição destinada a erguer uma estátua de bronze em homenagem à Coroa. Ciente do fato, Pedro II aconselhou o Ministro do Império a concentrar seus esforços no sentido de arrecadar dos particulares os donativos e o dinheiro necessários para a construção de edifícios escolares e para o melhoramento das escolas públicas. Os comerciantes da Corte, por exemplo, foram pioneiros, juntamente com a Câmara e a Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida, em atender ao pedido da Coroa. Na Praça de Pedro I, em São Cristóvão, o corpo de comércio construiu um prédio escolar de grandes dimensões arquitetônicas, destinado a instruir cerca de 400 crianças. A ‘Escola edificada pelo Corpo do Commercio do Rio de Janeiro’ teve a sua primeira pedra colocada em 21 de dezembro de 1870 (Martinez, 1997).

A Câmara Municipal, além de promover a construção de prédios escolares, auxiliava e concorria com o Ministério do Império na administração da instrução primária, buscando afirmar a atuação

³ No ano seguinte, em 22 de maio de 1871, a Câmara Municipal celebrava o lançamento da pedra da Escola de São José, no Largo da Ajuda, em terreno cedido pelas freiras do Convento, com o apoio do Bispo Pedro Maria de Lacerda, na Freguesia de São José. Da mesma forma que o ano anterior, o evento contou com a presença do Imperador, do Chefe de Polícia e de outras autoridades da cidade.

do município e das autoridades locais enquanto instâncias gerenciadoras dos serviços públicos da cidade. Ao definir suas linhas de ação, os dirigentes da municipalidade demarcavam espaços e gravavam a memória de seus atos nas próprias pedras das escolas que ajudavam a fundar. O busto de Antonio Ferreira Vianna foi erigido em, pelo menos, dois estabelecimentos de ensino municipais; um deles foi a Escola Ferreira Vianna, criada em 1888 com o nome de Casa de São José, situada na Tijuca e destinada ao ensino técnico e profissional⁴.

Não por acaso, o palacete da Escola Municipal de São Sebastião, apto a abrigar 600 crianças de ambos os sexos, em alas separadas, foi construído na Praça Onze, na freguesia de Santana, área central do Rio de Janeiro. Nessa freguesia, estavam situados importantes prédios e instituições públicas, tais como: a sede da Estação Ferroviária de Pedro II (hoje, Central do Brasil), o Ministério da Guerra, o Ministério das Relações Exteriores (atual Palácio do Itamaraty), o Senado, a Casa da Moeda (hoje, Arquivo Nacional), o Ministério da Justiça, a Casa de Detenção da Corte, o Quartel de Bombeiros, o Asilo de Mendicidade e a Escola Normal da Corte. Em 1897, no afã de construir a memória republicana em apagamento da historicidade da escola pública dos tempos imperiais, a Escola Municipal de São Sebastião foi denominada de Benjamin Constant.

A construção do prédio da Escola Municipal de São Sebastião marcava a continuidade da ação dos poderes públicos imperiais no sentido de intervir na ‘privatização’ das regiões vizinhas ao Campo de Santana, visando regular, ‘civilizar’ e ordenar os usos e utilizações do seu espaço. Nas proximidades do local onde se realizavam as festas coloniais do padroeiro da cidade e as célebres comemorações do Divino Espírito Santo, pouco a pouco, fincavam-se os símbolos do poder. Integrando a região da chamada Cidade Nova, Santana destacava-se pelo grande número de habitações coletivas, estalagens, casas de cômodos e cortiços. Pobres e trabalhadores conviviam com comerciantes de varejo e atacado, proprietários de oficinas e artesãos estabelecidos – heterogeneidade

⁴ Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, vinculada à rede FAETEC.

que, aliás, era marcante nos distritos urbanos e suburbanos⁵. No Campo de Santana, chamado posteriormente de Praça da República, associações de trabalhadores e operários buscaram instalar suas sedes, festejar e celebrar seus santos e eventos e, ainda, promover protestos políticos e reivindicações. Na geografia urbana, essa era a região do espaço da política, por excelência (Batalha, 2009). A maior parte dos moradores dedicava-se ao comércio, às manufaturas, às artes, aos ofícios e ao serviço doméstico (Benchimol, 1992). O bairro era marcado pela presença maciça dos ‘homens de cor’, livres e libertos, sendo também um tradicional reduto de grupos de capoeiras, identificados por um historiador como a facção mais ‘africana’ dentre esses homens (Soares, 1994).

Conforme o Recenseamento de 1872, havia nessa freguesia 33.086 habitantes, sendo 21.531 brasileiros e 11.555 estrangeiros. Cerca de 5.882 eram crianças livres, menores de 15 anos, ou seja, com idades para a matrícula nas escolas públicas primárias da Corte (7 a 14 anos), constituindo, assim, o público alvo do horário diurno da Escola Municipal de São Sebastião. Nesse mesmo período, a Corte era dividida em 19 freguesias, sendo 8 rurais e 11 urbanas. Nas ‘freguesias de dentro’ ou da cidade, o número de escolas públicas era bem maior do que nas ‘de fora’. Nestas últimas, existiam 15 escolas, 10 masculinas e 5 femininas, ao passo que, no perímetro urbano, havia 43, divididas na mesma proporção para ambos os sexos. As áreas urbanas mais populosas eram também as que possuíam maior número de estabelecimentos públicos de ensino primário.

⁵ A Praça Onze, coração do distrito, não fora afetada diretamente pelas demolições promovidas pela administração Pereira Passos (1902-1906) na República. Como um dos focos de resistência à modernização que se impunha, conservava suas características socioeconômicas em meio à reforma urbana. Seus casarões, já consideravelmente ocupados antes das reformas, povoaram-se ainda mais, em uma demonstração de solidariedade dos seus ocupantes. Para Beatriz Jaguaribe (1998), a política republicana consistia em criar as fachadas da europeização, buscando remover para as periferias os negros, mestiços e pobres. Contudo, sua ação foi incapaz de exterminar as zonas de confluência entre grupos sociais, culturas e etnias heterogêneas, tornando-se tal confluência uma característica marcante e perdurável do Rio de Janeiro.

Em cada uma das regiões de Santana, São José, Santa Rita e Sacramento, as quais são as que mais nos interessam aqui, havia 5 escolas. Em números absolutos, na Corte, contavam-se 55 escolas públicas primárias (Martinez, 1997). Em meados da década de 1890, este quadro não se alterou de forma significativa, embora o ‘Mappa Estatístico das escolas publicas primarias do primeiro grau’ de 1892 registrasse um aumento no número de escolas na capital federal (120, sendo 59 masculinas e 61 femininas), mantendo maior concentração na área urbana. Santana abrigava 11 escolas públicas primárias, incluindo a Escola de São Sebastião, palácio escolar que recebia grande afluxo de alunos, inclusive no seu curso noturno para trabalhadores (AGCRJ, 1874-1897). Essa freguesia, com 67.533 habitantes em 1890, era a região mais populosa da cidade, representando 12,92% do total de seus moradores⁶.

Na década de 1870, com a crescente agitação abolicionista e os consequentes debates em torno da transformação do trabalho, intensificaram-se as discussões sobre a formação do povo, via instrução primária e profissional. Não foi à toa que o Ministro João Alfredo (Brasil, 1872) propôs a alfabetização de adultos, os quais, em sua ótica, deveriam ser obrigados a frequentar as aulas noturnas. A instrução deveria atingir não só crianças, mas também a população adulta livre e liberta, principalmente os homens, evidenciando uma clara relação com os debates a respeito não apenas da moralização dos trabalhadores livres, mas também da reforma eleitoral e da formação dos cidadãos (Peres, 2002a; Martinez, 1997; Costa, 2012). A restrição do direito de voto aos analfabetos foi transformada em lei pela reforma eleitoral de 1881, que impôs a capacidade de leitura e escrita como critério para o pleno exercício dos direitos políticos. Tal norma foi ratificada nos dispositivos da primeira constituição republicana em 1891. O fato é que, em razão dessas transformações sociais e políticas, nos anos de 1870 e 1880, foram abertos os cursos noturnos nas escolas públicas da Corte, além daqueles mantidos por sociedades e associações particulares. Destacam-se, neste caso, as iniciativas de associações criadas pelos próprios trabalhadores em parceria com professores.

⁶ Uma análise da escolarização nas freguesias de Santana e Santa Rita no início do período republicano pode ser encontrada em Schueler, Rizzini e Marques (2015).

Por exemplo, a Sociedade Grêmio de Instrução Popular, fundada em 1880 pelos professores e alunos do extinto curso noturno de adultos da freguesia de Santa Rita, tinha como finalidade manter a oferta de instrução primária para os adultos do sexo masculino (Gazeta de Notícias, 18 jan. 1880)⁷. Com a extinção do curso, os sujeitos se mobilizaram para dar continuidade à oferta de ensino gratuito aos trabalhadores da região, caracterizada pela presença marcante de moradores negros.

Muitos contemporâneos, incluindo as autoridades da Instrução Pública, afirmavam que as escolas públicas da cidade recebiam, em sua maioria, ‘filhos de pobres’ e trabalhadores. Os ‘mais privilegiados da fortuna’ prefeririam, segundo tais opiniões, as escolas e colégios particulares, em franco desenvolvimento entre as décadas de 1860 e 1890. A população escolar matriculada na escola municipal da Praça Onze, desde a sua inauguração em 1872, de fato, correspondia ao diagnóstico oficial, mantendo relação com o perfil demográfico e social do distrito de Santana. Os professores primários e propagadores da Instrução Pública afirmavam, constantemente, que, em sua maioria, as crianças matriculadas, especialmente as provenientes de famílias pobres, saíam da escola antes dos exames finais, pois, desde cedo, eram destinadas ao trabalho doméstico ou à aprendizagem de ofícios. Alguns alegavam que, depois de aprender o elementar, ler, escrever e contar, mínimo necessário para a colocação das crianças e jovens nas atividades de comércio e em alguns ofícios, os pais retiravam os filhos das escolas.

O trabalho infantil talvez tenha representado um dos mais graves empecilhos para a permanência nas escolas diurnas regulares, destinadas a atender à faixa etária de 6 a 14 anos, com maior concentração de matrícula de meninos entre 9 e 11 anos (Schueler,

⁷ Optamos por trabalhar com o jornal *Gazeta de Notícias* em decorrência de sua grande circulação no período e do importante espaço destinado ao tema da instrução popular. Fundado em 1875, na cidade do Rio de Janeiro, esse jornal apresentava uma tiragem de 35 mil exemplares nos anos 1890. Além da assinatura mensal, era vendido “[...] por toda a cidade, nos quiosques, nas pontes das barcas, nas estações de bondes e em todas as estações da Estrada de Ferro D. Pedro II [...]”, o que ampliava seu acesso aos lugares de fora da cidade (Barbosa, 2000, p. 44).

2002). Por essa mesma razão, os cursos noturnos oferecidos pelas escolas públicas e também por meio de sociedades e associações particulares, leigas ou religiosas, foram frequentemente procurados por crianças e jovens, como podemos atestar nos mapas de matrícula da Escola Pública de Santana. Em outro distrito central, desde os anos de 1870, a Escola Municipal de São José recebia menores de 14 anos nas aulas noturnas, a despeito das restrições legais. O mesmo acontecia com o curso noturno do Colégio São Clemente, mantido pela Associação das Classes Operárias da Lagoa para atender a crianças e jovens, nacionais, estrangeiros, livres, libertos e alguns escravos (Martinez, 1997; Costa, 2012). Alguns cursos eram anunciados na imprensa como destinados a ‘adultos e menores’, como o da Escola de São Cristóvão, mantida pela Associação Promotora da Instrução de Meninos, e o da Caixa de Socorros Barão de Leopoldina. Para os 1000 alunos que o curso noturno da Escola de São Cristóvão vinha recebendo desde 1874, havia “[...] toda a abstenção de castigos, que são substituídos entre as crianças, por meios emulativos e distinções, sem outra consideração qualquer além da assiduidade, aproveitamento e conduta [...]”, de acordo com a nota publicada no jornal *Gazeta de Notícias* em 1880 (*Gazeta de Notícias*, 20 jan. 1880, p. 1).

Na próxima seção, nosso objetivo é percorrer a trajetória das matrículas e a frequência dos alunos de forma a traçar o perfil social das crianças, jovens e adultos que procuravam a instrução primária noturna. Como só foi possível o acesso a um livro de matrículas (1884 a 1893) referente ao curso noturno da Escola Municipal de São Sebastião, buscaremos fazê-lo por meio de alguns indícios ali encontrados. As fontes são escassas e as informações selecionadas contêm falhas e imprecisões, de modo que é possível apenas reconstruir e interpretar alguns pequenos ‘fragmentos’ referentes a nacionalidade, faixa etária, profissões e moradia, inscritos nos mapas escolares preservados pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro⁸.

⁸ No livro referente ao curso noturno (1884-1893), encontramos as seguintes informações: idade, nome, naturalidade, grau de instrução, profissão, residência e época da matrícula (AGCRJ, 1884-1893). O registro da entrada e saída e o grau de aproveitamento dos alunos dos cursos noturnos, subvencionados pelo poder público ou não, era obrigatório, por

Crianças, jovens e adultos no curso noturno da Escola Municipal de São Sebastião: uma análise dos mapas escolares

Os cursos noturnos para trabalhadores nas últimas décadas do século XIX mobilizaram diversos setores da sociedade, como as associações de trabalhadores, abolicionistas, irmandades e sociedades filantrópicas, como vimos até o momento (Costa, 2012). Não há como ter uma dimensão mais precisa do acesso dos trabalhadores a esses cursos, porém, a análise do livro de matrículas da Escola de São Sebastião, que recebeu um importante contingente de alunos entre 1872 e 1893, permite-nos levantar a hipótese de que os jovens trabalhadores, especialmente aqueles na faixa dos 13 a 14 anos, recorriam às aulas noturnas para se instruir nas primeiras letras⁹.

Ocupados em ofícios diversos, como os de marceneiros, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, mas também empregados como operários, artistas, trabalhadores e nos serviços domésticos, esse grupo tem uma presença marcante no livro de matrículas. Diferentemente do que ocorria no período diurno da 3ª Escola Masculina¹⁰, no curso noturno da Escola de São Sebastião havia uma relativa incidência de portugueses e brasileiros de outros estados. Na classificação dos alunos segundo o grau de instrução,

determinação das ‘Instruções Provisórias sobre as Escolas Noturnas de Adultos do Município da Corte’, propostas pelo Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte em 9 de agosto de 1872 e aprovadas pelo Governo Imperial em 20 de agosto do mesmo ano. Tais registros deveriam subsidiar a elaboração de mapas semestrais a ser remetidos ao delegado do distrito escolar e dos relatórios anuais dos cursos (Brasil, 1872).

⁹ O curso noturno funcionou de forma ininterrupta desde a abertura da escola em 1872.

¹⁰ Único livro de matrículas de escolas primárias públicas diurnas da Freguesia de Santana disponível para consulta no AGCRJ no período de realização da pesquisa. O livro registra um quantitativo prevalente de meninos na faixa dos 7 aos 11 anos nos de 1889-1890, a grande maioria com grau de instrução referente à 1ª classe. A pressão pelo trabalho pode ter levado parte desses alunos a retornar à escola no horário noturno (AGCRJ, 1885-1890).

feita provavelmente pelo professor, foi considerada ainda a categoria ‘Sabe Syllabar’, empregada de forma menos frequente no livro. O saber silabar pode indicar que parte desses alunos mantinha uma frequência intermitente nas aulas. Mais da metade dos matriculados entre os anos de 1887 a 1889 abandonou as aulas ou não chegou a cursá-las, como pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1- Matrícula e frequência do Curso Noturno da Escola São Sebastião (1884-1893)

Ano	Matrícula	Frequência	Percentual
1884	208	-	-
1885	152	-	-
1886	108	-	-
1887	205	75	36,40
1888	130	58	44,61
1889	177	6? ¹¹	33,89
1890	248	-	-
1891	242	-	-
1892	182	-	-
1893	147 ¹²	-	-

Fonte: Adaptado de AGCRJ (1884-1893, 1874-1897).

De acordo com a análise de Ana Luiza Costa (2007)¹³, em torno de 20 a 24% dos alunos permaneceram na escola de um ano para o outro, no período de 1885 a 1889, sendo que essa continuidade era maior entre os que já sabiam ler. Portanto, o curso seria usado mais como repetição do que como alfabetização, embora a autora tenha observado uma elevação do grau de instrução para os iletrados ou semiletrados que permaneciam de um ano a outro (Costa, 2007).

¹¹ A encadernação dos documentos não permitiu a visualização completa do número. Para efeito de cálculo do percentual relativo à frequência, assumimos o número de 60 alunos.

¹² O registro dos alunos foi interrompido na p. 92, pois estão faltando páginas do final do livro (Segundo anotação manuscrita, o livro teria 104 páginas numeradas e rubricadas pelo Diretor das Escolas Municipais).

¹³ A autora analisou o livro de matrículas da Escola de São Sebastião, abarcando os dados referentes ao período imperial (1885 a 1889).

A despeito de não terem sido localizadas evidências documentais da relação entre os sujeitos escolares do curso noturno da Escola São Sebastião, é plausível supor a existência de rivalidades entre eles, dada a diversidade do grupo, em termos de nacionalidade, naturalidade, ocupação, geração e cor¹⁴. Tais rivalidades podem ter contribuído para o abandono da escola, voluntário ou involuntário¹⁵. Não se deve descartar a hipótese de constrangimentos sofridos pelos alunos menos familiarizados com a cultura escolar, porém, é pertinente observar que a maioria deles já estava lutando pela sobrevivência e atuando nos meios profissionais quando ingressaram no curso. Sabiam o que queriam, conheciam seus direitos e não se deixariam intimidar tão facilmente. Chegaram na escola com profissão definida e não adentraram os muros da escola como ‘estudantes’, como era comum no horário diurno. Conforme foi constatado por Costa (2007) a respeito do período imperial, nos anos de 1890 a 1893, predominava a matrícula de alunos situados na faixa etária dos 16 a 25 anos. Contudo, a faixa de idade é extremamente ampla, constando a presença de meninos a partir dos 10 anos e alguns homens de idade mais avançada. Este foi o caso dos alunos nascidos na capital federal, Pedro, Otaviano e João, de 10 anos de idade, matriculados em outubro de 1890 e cujos registros indicam que sabiam ler e ocupavam os ofícios de pintores e carpinteiro. No outro extremo, estava o pintor africano Francisco da Costa Ribeiro, também morador da região e cuja matrícula ocorreu em março de 1890. Somente 17 alunos tinham mais de 30 anos e 53 se encontravam fora da faixa legal para matrícula nos cursos

¹⁴ Ainda que não se encontre o registro de cor no livro de matrículas da Escola de São Sebastião, pode-se assumir a existência de alunos negros em suas salas de aula, devido ao perfil demográfico da região, caracterizada pela presença marcante de moradores negros desde o século XIX.

¹⁵ Com base na discussão feita por Eliane Peres (2002b), a diferença significativa entre matrícula e frequência levou-nos à formulação de tais hipóteses sobre o abandono do curso. Nos livros de matrículas do curso noturno da Biblioteca Pública de Pelotas, analisados pela autora para o período de 1875 a 1915, as observações, em sua maioria, registram a expulsão por indisciplina. Segundo a autora, o curso era um espaço de convivência e de relações, às vezes tensas, de rivalidades, tanto dos alunos com os professores, quanto dos professores com os alunos e mesmo entre o próprio alunado (Peres, 2002b).

noturnos, pois estavam abaixo dos 14 anos. Ou seja, 21,37% dos alunos da turma de 1890 foram matriculados à revelia da lei. A burla indica a pressão social por acesso à instrução de uma parcela da população trabalhadora que se encontrava impossibilitada de frequentar a escola no horário diurno. Na ausência de leis trabalhistas que regulamentassem o trabalho dos menores de idade, a legislação educacional não dava conta de incluí-los na rede escolar. A atitude benevolente de professores e inspetores, associada à demanda dos alunos e familiares, acabava por abrir as portas da escola para esse grupo na modalidade noturna. Com relação ao predomínio de jovens e à menor presença de sujeitos acima dos 30 anos, a situação se manteve até pelos menos 1893, último ano escolar do livro de matrículas disponível para pesquisa. Contudo, houve uma mudança importante em relação aos períodos anteriores: não havia mais alunos abaixo dos 14 anos de idade.

Os alunos do curso noturno exerciam uma grande variedade de ofícios manuais, nas oficinas ou nas obras, como marceneiros, carpinteiros, pintores, pedreiros, fundidores, limadores, ferreiros, serralheiros, nas ruas, como carroceiros, nas casas, como empregados domésticos e copeiros, nos serviços, como cozinheiros, em atividades que frequentemente exigiam conhecimentos das letras, como funcionários públicos, tipógrafos, compositores, impressores, caixeiros e ‘no comércio’, e em atividades não especificadas, como artistas, operários, e trabalhadores. Em raras ocasiões, foram registrados como estudantes. São encontradas variações entre os registros de um ano e outro, como, por exemplo, de 1892 para 1893. Em 1892, predomina a ocupação de ‘artista’, substituindo a diversidade de ofícios registrados nos anos anteriores. A categoria de ‘trabalhador’ também é empregada nesse ano com certa regularidade. Já, em 1893, há um grande número de ‘operários’ e uma significativa redução na discriminação dos ofícios¹⁶.

¹⁶ Para a construção histórica e os significados polissêmicos das palavras artista, artesão e operário na segunda metade do século XIX, consultar, entre outros, o trabalho de Marcelo Mac Cord (2012). Segundo o autor, a atribuição de artista referia-se aos ofícios ligados às Belas Artes e às Artes em geral, com exigências cada vez mais elevadas de especialização e formação técnica e/ou escolarizada/acadêmica. A palavra artesão designava os que se dedicavam aos ofícios manuais tradicionais e às manufaturas, especialmente no âmbito do trabalho urbano. A expressão ‘operário’ refere-

O ‘grau de instrução’ registrado no livro divide-se em três níveis: sabe ler, sabe silabar e analfabeto. Não há distinção expressiva entre grau de instrução e naturalidade dos alunos, mas sim entre alfabetizados e analfabetos. Em 1890, dos 156 alunos oriundos da capital federal, 103 sabiam ler, enquanto, dos 64 provenientes dos estados ou registrados como brasileiros, 35 sabiam ler. Onze alunos vieram do estado do Rio de Janeiro, mas somente quatro sabiam ler. Como, a partir de agosto, os nascidos em território nacional foram divididos em apenas duas categorias – ‘capital federal’ e ‘brasileiro’, é possível que houvesse mais fluminenses entre os 34 brasileiros registrados. Dos 23 portugueses matriculados, 16 sabiam ler. No livro de matrículas dos anos relativos ao período imperial, Costa (2007) encontrou um melhor nível de instrução entre os nascidos na Província do Rio, Corte e Portugal, nesta ordem. Em 1888, todos os 10 alunos da Província do Rio e os 10 de Portugal sabiam ler e o mesmo ocorria com 56 dos 75 alunos da Corte. Para uma melhor compreensão desses dados, é preciso também considerar as profissões. Por exemplo, a maior parte dos fluminenses dedicava-se a ofícios especializados, tais como os de compositor, lustrador, fundidor, carpinteiro e dourador.

O fato é que, ao se matricular, mais alunos sabiam ler em comparação com os que sabiam somente silabar ou eram analfabetos. No primeiro ano em que ocorreu a anotação dos inscritos (desde janeiro de 1885), 65,15% dos matriculados sabiam ler. Cinco anos depois, em 1890, esse quadro se manteve: 62,50% dos inscritos sabiam ler. O fenômeno corrobora a hipótese de que esse curso era usado mais como repetição do que como alfabetização (Costa, 2007). Contudo, em face do percentual considerável de alunos que não dominavam o instrumental da leitura (os que apenas conheciam o silabário e os analfabetos), não é possível desconsiderar sua importância como meio de alfabetização de um grupo social que não teve condições de adentrar a escola regular. Esse foi o caso do africano Joaquim da Costa Teixeira, que, em outubro de 1886, com a idade de 50 anos, procurou as aulas noturnas

se ao contexto de acirramento das contradições do capitalismo industrial e, por conseguinte, ao processo de formação da identidade e das culturas de classe trabalhadora especializada, em oposição aos ‘pobres’ e trabalhadores não qualificados/especializados.

para se iniciar nas primeiras letras. Registrado como analfabeto, o mascate matriculou-se por três anos seguidos na Escola São Sebastião e, apesar da mudança frequente de residência, não se afastou da freguesia. Em março de 1888, último registro de sua matrícula, Joaquim recebeu a anotação ‘sabe silabar’.

O alto índice de matrículas no curso noturno da Escola de São Sebastião, em comparação com outras escolas públicas com aulas à noite ou mesmo com cursos particulares gratuitos, pode ser atribuído a fatores como uma possível distinção dessa escola no cenário do ensino público primário. No entanto, com base nas fontes, o que se pode apreender relaciona-se mais propriamente às características de cunho social, espacial, cultural e ocupacional da região de Santana. O distrito era habitado por trabalhadores ocupados em atividades urbanas nas quais o letramento se apresentava como um fator de distinção e de facilitação para o exercício das tarefas. Além disso, a maioria dos alunos residia na região que abrangia as freguesias centrais da cidade do Rio de Janeiro, caracterizadas pelo aglomerado de moradias populares, muitas delas coletivas. Os endereços anotados no livro de matrículas evidenciam essa situação, pois há registros de grupos de alunos cujas residências são na mesma rua e número ou são distinguidas por uma consoante acrescida ao número da casa. Em 17 de setembro de 1889, sete operários portugueses procuraram o curso noturno da Escola: quatro deles eram analfabetos. Todos residiam no mesmo endereço, à rua do Barão de Capanema nº 34. Algo parecido ocorreu em 4 de agosto de 1892, quando três portugueses e um espanhol, todos categorizados como ‘trabalhadores’ e residentes à rua Senador Eusébio nº 190, procuraram a Escola. Em 1890, os mineiros de 19 anos, Calixto e Joaquim, moradores à rua de S. Rodrigues nº 101E, o primeiro cozinheiro e o outro operário, procuraram a Escola para aprender a ler. Os meninos carpinteiros de 11 e 12 anos, Sabino e Eduardo, provenientes da Província do Rio e da Corte, respectivamente, residiam na rua do Murity, nº 6. José Candido, proveniente da Corte, construtor naval analfabeto, e o maranhense Rodrigo Mariano, carpinteiro que sabia silabar, também residiam na rua do Murity, nº 6. Ruas como a General Pedra, Senador Eusébio, Santana, Conde de

Itaúna, Visconde de Sapucahy, Gamboa, General ‘Caldsvel’¹⁷, a própria Praça Onze de Junho, abrigavam levas de alunos do curso noturno da Escola de São Sebastião. Entre eles, o português Manoel José Arruda, cozinheiro que sabia silabar, e o fluminense Luiz Henrique Augusto, copeiro analfabeto, ambos morando na rua General Caldsvel n° 69 quando se matricularam no curso em 10 de abril de 1889. Os exemplos de matrículas realizadas na mesma época por pessoas residentes no mesmo endereço multiplicam-se nos anos cobertos pelo livro. O fato sugere não somente a divulgação boca a boca da oferta das aulas, mas a constituição de redes de solidariedade organizadas por aproximações e afinidades diversas, como vizinhança, ocupação, nacionalidade e geração ou fatores associados. Este último parece ter sido o caso dos três rapazes, na faixa dos 16 aos 18 anos, moradores da rua General Pedra, n° 115, um construtor naval carioca que sabia silabar, um caixeiro português analfabeto e um carpinteiro alfabetizado, nascido na Capital Federal, os quais se inscreveram no curso na mesma data, em 30 de abril de 1890. Há o caso também dos três operários ‘brasileiros’, na faixa dos 15 a 16 anos, moradores do Morro do Valongo, nos números 41 e 45, os quais se inscreveram no curso no dia 9 de abril de 1893.

Ainda que as escolas noturnas não constituíssem projetos consolidados e amplamente disseminados entre a população, há evidências de que trabalhadores cariocas, em sua heterogeneidade de ocupações e condições de trabalho, atenderam aos apelos daqueles que associavam o trabalho à instrução. Embora essas iniciativas se dirigissem ao público masculino, a grande procura do público feminino pelo curso noturno da Escola Normal, também sediada na freguesia de Santana, sugere a existência de uma demanda reprimida por instrução entre mulheres ocupadas, mesmo considerando a especificidade da formação oferecida por essa modalidade de escola. Um longo ofício do Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal em 1903 lembrava o prefeito de que a Escola Normal recebia 367 alunas no horário noturno, moças que precisavam ganhar a vida, e de que, portanto, representaria um grande prejuízo

¹⁷ Na obra de memorialistas, como Brasil Gerson (1965) e Noronha Santos (1965), há referências à rua General Caldwell (e não Caldsvel, segundo o registro do professor). Denominada rua Formosa até 1873, a via começava na antiga rua dos Cajueiros, junto à pedreira de Sant’Anna.

para as mesmas a extinção desse turno, conforme pretendia o administrador no afã de reduzir as despesas da municipalidade (AGCRJ, 1903). A garantia legal de efetivação dos professores normalistas no ensino público mobilizou levas de candidatas ao diploma da Escola Normal, mesmo aquelas que labutavam durante o dia, algumas delas em casas-escolas com ou sem subvenção do poder público (Marques, 2015). Cursos noturnos femininos podem ser localizados de forma esparsa em alguns anúncios e notícias de jornais, como o do anexo ao externato do Instituto Nacional¹⁸, sob a regência do professor Augusto Cony, e o da professora da primeira escola feminina do 7º distrito (Gazeta de Notícias, 5 ago. 1890 e Gazeta de Notícias, 25 abr. 1895). Havia também a iniciativa de particulares, como a do professor Carlos da Silva Bastos que “[...] leciona o curso primário a pessoas de ambos os sexos; na rua de João Caetano n. 47, Cidade Nova, das 5 às 6 ½ da tarde” (Gazeta de Notícias, 16 mar. 1876, p. 4). A informação da professora da Escola de São Cristóvão de que, no curso diurno (destinado ao sexo feminino), a matrícula e a frequência encontravam-se muito reduzidas, “[...] por se ter visto coagida a mór parte das famílias pobres a empregar as filhas nas fábricas para poder afrontar a carestia da vida” (Gazeta de Notícias, 14 mar. 1892, p. 1) traz fortes indícios de que a pressão para a inserção no mercado de trabalho nos meios populares não atingia somente os meninos. O ingresso das meninas no trabalho fabril pode ter representado também fator importante para o crescimento da demanda por instrução feminina no horário noturno. Tal temática, apesar de não corresponder à proposta deste artigo, merece ser vista com mais atenção pelos historiadores da educação.

As fontes relacionadas à Instrução Pública, ainda que dispersas e incompletas, fornecem-nos alguns indícios importantes sobre a busca por instrução entre a população trabalhadora do distrito de Santana, composta por homens e mulheres, crianças,

¹⁸ Trata-se do Colégio Pedro II, que teve seu nome mudado para Instituto Nacional de Instrução Secundária em 1889, depois transformado em Ginásio Nacional. O Aviso nº 4613 de 17 de Novembro de 1883, do Ministério dos Negócios do Império, deu permissão para o funcionamento do Curso Nocturno Gratuito de ensino secundário para o sexo feminino, estabelecido no Externato do Imperial Collegio de Pedro II (Bonato, 2002)

jovens e adultos, brasileiros e estrangeiros. Ao projeto oficial, de cunho civilizador, que levou à instalação de dois grandes estabelecimentos educacionais em área próxima um do outro entre as décadas de 1870 e 1880, responderam levas de sujeitos com os mais diversos propósitos e sonhos. No caso das normalistas, o objetivo imediato fica claro na série de requerimentos de efetivação como professoras adjuntas após a conclusão do curso e do estágio obrigatório. No caso de jovens e adultos da escola noturna, a frequência um tanto irregular, que os reformadores designaram como ‘ignorância’, pode ser compreendida como um manejo dos trabalhadores, um esforço nem sempre bem-sucedido de conciliar o tempo do estudo com o do trabalho, bem como de adquirir a instrução requerida para a atividade desenvolvida ou almejada. A representação redentora da dignidade e da qualificação do trabalho, como um dever e/ou um direito social, motivou a instalação dos cursos e a busca por instrução entre os trabalhadores urbanos.

Ao fim deste artigo, evocamos a figura de Olavo Bilac, intelectual comprometido com causas sociais, como a abolição, o ensino público, laico e gratuito, a reforma urbanística do Rio de Janeiro, entre outras lutas. O poeta, jornalista e inspetor escolar da cidade do Rio de Janeiro, foi um crítico ácido da atuação dos estadistas e políticos brasileiros e um defensor vigoroso da massificação da instrução primária no país como meio para o esclarecimento das massas, que considerava ignorantes por serem iletradas. O cronista defendia a educação como meio para a inclusão social dos negros e como garantia de sua adesão e inserção na ordem republicana, de modo a evitar as revoltas, os vícios e os crimes. Alertando para os perigos do anarquismo para as camadas operárias, Bilac temia que a alfabetização, no caso de ser mal conduzida, fosse nociva. Assim se expressou a respeito do assunto, em crônica ao jornal carioca de ampla divulgação, a Gazeta de Notícias, publicada em 1900.

Nas mãos de certos homens, o livro e o jornal são como fogo em mão de criança. [...] Um pobre operário, sem família, sem conselho, sem religião, na perigosa idade em que os primeiros rebates do instinto da procriação acendem o sangue e desengonçam as molas do cérebro, apanha um dia o jornal e fica pasmado diante do mundo novo que se lhe

abre diante dos olhos. (Gazeta de Notícias, 1900 apud Montilha, 2015, p. 139).

A crônica de Olavo Bilac, apesar de ter sido publicada anos depois, contém questões muito pertinentes a respeito das mudanças sociais e políticas ocorridas no período referente ao recorte temporal escolhido para este estudo: o projeto de educação disseminado pelos cursos noturnos da cidade teria evitado que os jovens trabalhadores ficassem pasmados diante do mundo novo que se lhes abria diante dos olhos? Que horizontes e possibilidades o acesso à escola primária teria garantido na experiência individual e social destes trabalhadores, levando-se em consideração os desafios da vida cotidiana quanto às condições de trabalho, à sobrevivência na cidade e às suas lutas políticas pela cidadania?

Referências

Abreu, M. (1994). Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Estudos Históricos*, 7(14), 183-203. Acessado em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1985/1124>

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro [AGCRJ]. (1903). *Instrução Pública - Apreciações de Medeiros de Albuquerque sobre vários assuntos*. Códice 12.2.10.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro [AGCRJ]. (1872-1909). *Instrução Pública - Ensino Noturno*. Códice 11.4.10. Requerimento de 26 de janeiro de 1872. fl. 1.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro [AGCRJ]. (1874-1897). *Instrução Pública - Estatística de frequência e matrículas*. Códice 11.4.23.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro [AGCRJ]. (1884-1893). *Instrução Pública - Matrículas curso noturno da Escola São Sebastião*. Códice 13.4.32.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro [AGCRJ]. (1885-1890). *Instrução Pública - Matrículas da 3ª Escola pública masculina*. Códice 13.4.32.

Barbosa, M. (2000). *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro, RJ: Vício de Leitura.

Bastos, T. (1870). *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Garnier.

Batalha, C. (2009). A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. In E. Azevedo, J. Cano, M. C. P. Cunha, & S. Chalhoub (Orgs.), *Trabalhadores na cidade* (p. 251-269). Campinas, SP: Unicamp.

Benchimol, J. L. (1992). *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração.

Bonato, N. (2002). A presença feminina no Colégio Pedro II. In *Anais do 2º Congresso Brasileiro de História da Educação* (p. 1-10). Natal, RN. Acessado em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0541.pdf>

Brasil. Ministerio do Imperio. (1872). *Relatorio do anno de 1872 apresentado à Assembléa Geral na primeira sessão da decima quinta legislatura em aditamento ao de 8 de maio de 1872 pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*. Rio de Janeiro, RJ: Typografia Nacional.

Brasil. Ministerio do Imperio. (1874). *Relatorio do anno de 1873 apresentado à Assembléa Geral na terceira sessão da decima quinta legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*. Rio de Janeiro, RJ: Typografia Nacional.

Carlos, A. F. A. (2007). *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo, SP: FFLCH.

Chalhoub, S. (1996). *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, SP: Cia da Letras.

Chalhoub, S. (2001). *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, SP: Braziliense.

Costa, A. L. J. (2007). *À luz das lamparinas: as escolas noturnas para trabalhadores no município da Corte (1860-1889)* (Dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Costa, A. L. J. (2012). *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência* (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Gazeta de Notícias. (1880, 18 de janeiro). n. 13.

Gazeta de Notícias. (1880, 20 de janeiro). n. 20.

Gazeta de Notícias. (1890, 5 de agosto). n. 217.

Gazeta de Notícias. (1895, 25 de abril). n. 115.

Gazeta de Notícias. (1876, 16 de março). n. 75.

Gazeta de Notícias. (1892, 14 de março). n. 74.

Gerson, B. (1965). *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Brasileira.

Guimarães, I. V. (2011). Campo de Santana: de charco a palco privilegiado de manifestações populares e oficiais. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, (5), 243-254.

Guimarães, L. (2002). Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. In R. Vainfas (Org.), *Dicionário do Brasil Imperial (1882-1889)* (p. 679-680). Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.

Hobsbawm, E., & Ranger, T. (Orgs.). (2012). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Jaguaribe, B. (1998). *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.

Mac Cord, M. (2012). *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Unicamp.

Marques, J. S. (2015). *O fio e os rastros da escolarização do Distrito Federal (1890-1906)* (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Martinez, A. (1997). *Educar e instruir: a instrução popular na Corte Imperial (1854-1889)* (Dissertação de Mestrado em História Social). Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Montilha, T. R. I. (2015). Os profissionais da política republicana segundo Olavo Bilac (1897-1908). In: M. Engel, F. Souza, & N. Guerellus. *Os intelectuais e a imprensa* (p. 131-158). Rio de Janeiro, RJ: Mauad X.

Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal), realizado em 20 de setembro de 1906. (1907). Rio de Janeiro, RJ: Oficina da Estatística.

Peres, E. (2002a). *Templos de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da biblioteca pelotense (1875-1915)*. Porto Alegre, RS: Seiva.

Peres, E. (2002b). Sobre o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, (4), 75-102.

Acessado em:

<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/247/254>

Santos, F. A. N. (1965). *As freguesias do Rio antigo, vistas*. Rio de Janeiro, RJ: Edições O Cruzeiro.

Schueler, A. (2002). *Formas e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, práticas e experiências de escolarização (1870-1890)* (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Schueler, A., Rizzini, I., Marques, J. S. (2015). Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906). *Revista História da Educação*, 19(46), 145-165.

Soares, C. E. L. (1994). *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro* (Biblioteca Carioca). Rio de Janeiro, RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Submetido em: 05/08/15

Aprovado em: 02/05/16